

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS PROFº ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ANA PAULA SILVA ARAGÃO

**HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA
MUNICIPAL FREI ANASTÁCIO/ PARNAÍBA/ PI (1978- 2012)**

PARNAÍBA- PI
2013

ANA PAULA SILVA ARAGÃO

**HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA
MUNICIPAL FREI ANASTÁCIO/ PARNAÍBA/ PI (1978- 2012)**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, Campus Profº Alexandre Alves de Oliveira como requisito final para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Profº Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.

PARNAÍBA-PI
2013

ANA PAULA SILVA ARAGÃO

**HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA
MUNICIPAL FREI ANASTÁCIO/ PARNAÍBA/ PI (1978- 2012)**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, Campus Profº Alexandre Alves de Oliveira como requisito final para a conclusão do Curso de Licenciatura Plena em História.

Orientador: Profº Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco.

DATA DA APROVAÇÃO: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profº Dr. Roberto Kennedy Gomes Franco (UESPI)
Orientador

ProfªMs. Clóris Violeta Alves Lopes (UFPI)
Examinadora Externa

ProfªMs. Salvador Tavares de Moura (UFMA)
Examinador Externo

Dedico este trabalho aos meus pais José Carlos e Rosa Amélia, a minha irmã Ana Karoline e ao meu esposo Rogério Carlos, pelos quais tenho imensa gratidão e amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, minha fonte de sabedoria, esperança e vida.

Aos meus pais, Rosa Amélia e José Carlos, meus maiores exemplos de simplicidade, honestidade e determinação, por todo o amor, incentivos e confiança para comigo. A minha irmã Ana Karoline, pelo constante apoio e estímulo. A meu esposo Rogério Carlos, pelo companheirismo e motivação constantes. Enfim, a todos os meus familiares que de forma direta ou indireta contribuíram para que eu conquistasse mais uma etapa importante na minha vida.

Um grande agradecimento ao professor Roberto Kennedy Gomes Franco, pelo compromisso e dedicação concedidos durante a orientação desse trabalho. Agradeço ainda a todos os professores que contribuíram ao longo desses quatro anos e meio para a minha formação profissional e ética, pois tive uma satisfação imensa de compartilhar experiências e aprender os verdadeiros valores que competem a um profissional comprometido com a qualidade da educação.

Também merecem meus agradecimentos à equipe da escola pesquisada, principalmente a gestora e as professoras das salas observadas, pela atenção e receptividade.

A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis.

Marx e Engels (2007, p. 534).

RESUMO

Esta monografia, intitulada “Histórias da Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Frei Anastácio/ Parnaíba/ PI (1978- 2012)”, apresenta a análise realizada mediante pesquisa bibliográfica e de campo relacionadas ao Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para melhor entendimento da temática abordada, são expostas concepções acerca do ensino de história, abrangendo uma discussão sobre a importância da Educação de Jovens e Adultos, mencionando os desafios e possibilidades dessa modalidade de ensino no campo educacional, assim como a relevância do papel do professor de História na formação de sujeitos críticos e reflexivos aptos a atuar ativamente na sociedade vigente. São apresentados discursos de autores renomados, bem como, são expostos os resultados obtidos mediante a realização de um estudo de caso do tipo etnográfico, baseado nas ideias de Lüdke e André (1986), caracterizando-se como uma pesquisa de cunho qualitativo, que objetivou conhecer de que maneira as professoras das salas de aula observadas estavam desenvolvendo as estratégias e metodologias do ensino de história para o público jovem e adulto, bem como investigar as peculiaridades e desafios que englobam essa modalidade de ensino. Como técnicas de coleta de dados utilizou-se: a observação-participante e a análise documental. Os resultados apontam que a modalidade de Educação de Jovens e Adultos é marcada por desafios constantes, seja pela falta de estímulo de alguns discentes, ou pelo sistema educacional brasileiro que possui muitas limitações no que diz respeito ao verdadeiro significado da EJA. Assim, espera-se que esse estudo possa instigar outros acadêmicos a refletir sobre as metodologias de ensino utilizadas nas salas de aula, para que no decorrer de sua prática docente possam empregar estratégias adequadas para desenvolver um trabalho coeso e significativo para a formação dos jovens e adultos.

Palavras-chave: Ensino de História. Educação de jovens e adultos. Prática docente.

ABSTRACT

This monograph entitled "Stories of Youth and Adults at the Municipal School FreiAnastacio / Parnaíba / PI (1978 - 2012)" presents the analysis performed through literature and field related to History Teaching in the Education of Youth and Adults (EJA). For better understanding of the issue addressed, are exposed conceptions of history teaching, including a discussion of the importance of education for youth and adults, citing the challenges and possibilities of this type of education in the educational field as well as the important role of the teacher History of the formation of critical and reflective able to work actively in society force. Are presented speeches of renowned authors and are exposed the results obtained by conducting a case study of ethnographic, based on the ideas of Lüdke and André (1986), characterized as a qualitative research that aimed know how the teachers of the classrooms observed were developing the strategies and methodologies of teaching history to young audiences and adults, as well as investigate the peculiarities and challenges that encompass this type of education. As data collection techniques was used: a participant observation and document analysis. The results indicate that the modality of Education Youth and Adults is marked by constant challenges, whether through lack of stimulation of some students, or the Brazilian educational system that has many limitations with regard to the true meaning of adult education. Thus, it is expected that this study will instigate other students to reflect on the teaching methodologies used in classrooms, so that in the course of their teaching practice to employ appropriate strategies to develop a cohesive and meaningful work for youth training and adults.

Keywords: Teaching of History. Education of young people and adults. Teachingpractice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB - Câmara de Educação Básica.

CNE - Conselho Nacional de Educação.

CF - Constituição Federal.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação.

PME – Plano Municipal de Educação.

PNE – Plano Nacional de Educação.

P.P. P – Projeto Político – Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EJA NO BRASIL	15
2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	23
2.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)	25
2.2 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO	26
2.3 RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1 DE 05 DE JULHO DE 2000	27
2.4 LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA	28
2.5 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	29
3 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EJA: Os constantes desafios	31
4 HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EJA EM PARNAÍBA	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
APÊNDICE A: ROTEIRO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS	49

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre a história da Educação de Jovens e Adultos, mas especificamente na Escola Municipal Frei Anastácio, localizada na cidade de Parnaíba PI. Esse trabalho caracteriza-se como cunho social, pautado em vertentes da História Social da Educação, bem como da História Social. Pois, a História é possibilidade condicionada e existe a partir das experiências do cotidiano, da problematização e criticidade do tratamento metódico da realidade social, viabilizando uma análise coletiva e cooperativa produtora de uma memória social fruto da reflexão e transbordando o fazer da sala de aula de história para os demais espaços sociais.

A história social embasada pela arte da problematização se distancia da história narrativa de fatos e feitos heroicos da chamada escola positivista, e está em constante renovação “mediante a elaboração de novas questões, de uma releitura dos documentos e da exploração de novas fontes, reconhecimento e prospecção de novos campos de investigação”. (DUBY, 1988, p.130).

A história social tem como ponto de enfoque os chamados silenciados na história, mas também traz uma série de inovações que apontavam para a experiência de classe e não apenas para a luta de classes, onde se procura resgatar as práticas cotidianas de existência.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Frei Anastácio, sendo um órgão integrante da estrutura da Secretaria da Educação do Município de Parnaíba e está jurisdicionada à Prefeitura de Parnaíba. Optamos por realizar a pesquisa de campo nessa instituição com o intuito de observar como estavam sendo desenvolvidas as práticas pedagógicas dos professores de História, especificadamente na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, bem como analisar as propostas do Projeto Político Pedagógico (PPP), dando ênfase à questão do ensino voltado para a EJA. Outro aspecto relevante para a escolha da escola-campo foi à receptividade dos funcionários ao longo das observações, haja vista que todos contribuíram de forma significativa, dando legitimidade a essa pesquisa por meio de seus posicionamentos sobre a temática pesquisada.

Como mencionamos, essa pesquisa envolveu todas as pessoas presentes na escola, desde a auxiliar de serviços gerais até a gestora. No entanto, nosso objeto de estudo

destacou principalmente a atuação da gestora, professoras e alunos, uma vez que essas pessoas são os sujeitos que contribuem de forma mais direta com o processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, para compreendermos o currículo da EJA.

No decorrer da pesquisa foram observadas aulas de História nas turmas de 3º e 4º ciclo, ou seja, o que corresponde ao período do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, oportunidade em que analisamos elementos pertinentes à prática docente, como metodologia de ensino, utilização de recursos didáticos, as distintas linguagens e temáticas utilizadas em sala de aula, o interesse e motivação dos discentes e docentes, entre outros.

A pesquisa é a realização de um estudo feito de forma planejada cientificamente, cujo método usado para o referido problema caracteriza a investigação científica, que tem como finalidade levantar as respostas para os questionamentos dos elementos pesquisados. Marconi e Lakatos (2006, p.157) enfatizam que: “A pesquisa, portanto é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Utilizamos a observação participante, pois a mesma consiste em uma técnica de investigação social, na qual o observador compartilha na medida das situações, em que o permite identificar, as atividades, interesses de um grupo de pessoas ou de uma comunidade. Desta forma, a sua função é a captação das significações e as experiências subjetivas dos próprios intervenientes no processo de interação social. De acordo com André (2005, p.41):

Por meio de técnicas etnográficas de observação participante e de entrevistas intensas, é possível documentar o não-documentado, isto é, desvelar os encontros e desencontros que permeiam o dia-a-dia da prática escolar, descrever as ações e representações dos seus atores sociais, reconstruir sua linguagem, suas formas de comunicação e os significados que são criados e recriados no cotidiano do seu fazer pedagógico.

Ainda que pouco estudada não só na área de educação como em outras áreas de ação social, a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagens de dados qualitativos, seja complementando as informações adquiridas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

De acordo com Lüdke e André (1986, p. 39):

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do

pesquisador. Representam ainda uma fonte “natural” de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto.

A análise dos documentos é uma etapa fundamental usada na pesquisa de campo, uma vez que é possível fazer uma comparação entre as observações realizadas e os materiais disponibilizados pela escola em estudo. Para tanto, os documentos analisados durante a pesquisa foram o Projeto Político-Pedagógico da instituição, bem como seu Regimento Interno e as fichas de planejamento.

Ao analisarmos o Projeto Político-Pedagógico da escola, tivemos contato com as concepções de ensino e aprendizagem que permeiam o espaço escolar, haja vista que o PPP mostra os objetivos e metas a serem alcançados e vivenciados na escola. Porém, nosso olhar foi direcionado essencialmente para questões pertinentes à EJA, tentando diagnosticar se as propostas contidas no PPP realmente estão sendo desenvolvidas, ou se pelo menos há uma preocupação em tentar aplicar essas ideias.

Quanto ao Regimento Interno, percebemos que o mesmo apresentava de forma fidedigna as características e objetivos da instituição escolar, expondo as normas e anseios do âmbito escolar, assim como apontando os elementos direcionados à verificação da aprendizagem escolar.

No tocante as fichas de planejamento, tivemos a oportunidade de comparar e analisar a aplicação das metodologias empregadas em sala de aula e o que havia sido proposto no plano, ou melhor, observamos se o que era proposto na teoria estava sendo desenvolvido durante a aula, sem esquecer todo o dinamismo presente no processo de ensino e aprendizagem.

Então, por meio da análise dos documentos, pudemos encontrar aspectos significantes à pesquisa, uma vez que ao aliar as observações aos documentos analisados, tivemos a oportunidade de realizar uma análise mais profunda da realidade em questão.

Discutir a História e o seu ensino é pensar os diversos processos que se desenvolveu nos mais variados espaços, pensando novas fontes e novas formas de educar cidadãos que estão inseridos numa sociedade complexa marcada por diferenças e desigualdades.

Haja vista, a importância do ensino de História para a formação de sujeitos críticos e reflexivos, aptos a atuar na sociedade em que vivem, este trabalho intitulado

“Histórias da Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal Frei Anastácio/ Parnaíba/ PI (1978-2012)”, relata os resultados obtidos no decorrer das observações-participantes em duas salas de aula da Escola Municipal Frei Anastácio, quando se objetivou conhecer como estavam sendo trabalhados os conteúdos de História para o público jovem e adulto, sugerindo-se uma reflexão com os educadores a respeito das metodologias e estratégias empregadas para estimular o estudo de História com base em um currículo pautado nas experiências dos alunos.

Com o intuito de elucidar os discursos apontados nessa temática, é apresentado, inicialmente, um breve contexto relacionado aos desafios e impactos da implementação da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Autores como Gadotti (2007), Silva (2006) são mencionados quando é abordado as significações e atributos que caracterizam a educação e o perfil do jovem e adulto em nossa sociedade, mas precisamente no lócus escolar.

Também são empregadas como subsídios teóricos para a construção desse trabalho as análises de Osowski (2002), Freire (2003), Cabrini (2004), Aranha (2006), sobre as diversas concepções, práticas e significados da educação e ensino de História, tanto para os sujeitos envolvidos diretamente no processo de ensino e aprendizagem quanto para aqueles que constituem os distintos pilares da sociedade.

As atividades desenvolvidas na escola investigada, como a observação das aulas; a análise documental, foi de suma importância para que houvesse uma comparação entre o que é exposto pelos teóricos sobre a Educação de Jovens e Adultos e o que realmente está ocorrendo no cotidiano da escola pesquisada.

Assim, no decorrer desse trabalho, são analisados os dados da escola-campo, bem como é feita uma reflexão acerca do ensino de História, essencialmente na Educação de Jovens e Adultos, o que propiciou compreendermos ainda mais sobre o papel da escola e da educação, pois, a escola que almejamos é um lócus que oferece meios de assegurar o acesso de todos ao conhecimento e um lugar para aprender, sentir, conhecer, compreender, compartilhar, enfim, aprender a agir para os outros e com os outros.

A presente monografia apresenta em sua estrutura quatro capítulos, elaborados de forma sistemática visando uma abordagem crítica e reflexiva acerca dos paradigmas educacionais que permeiam a modalidade de ensino da EJA. Para tanto, levamos em

consideração o princípio de educação pautado em um processo contínuo e dinâmico repleto de facetas e pluralidade de ideias e formas de olhar o conteúdo histórico.

No primeiro capítulo intitulado de “**Retrospectiva histórica da EJA no Brasil**”, discorremos sobre os desafios e peculiaridades da Educação de Jovens e Adultos no decorrer de sua implementação, englobando as modificações estruturais e as distintas nomenclaturas atribuídas a tal modalidade de ensino.

Na estrutura do segundo capítulo intitulado “**As políticas públicas atuais sobre a Educação de Jovens e Adultos**”, apontamos algumas leis que regem os princípios da EJA, pois acreditamos que muitos desses ideais proclamados ainda são poucos vivenciados no cenário educacional brasileiro, haja vista que os programas voltados à EJA no Brasil tornaram-se reféns de uma situação que durante décadas fez dessa temática um mero discurso político rentável e desconectado de convenções reais.

O terceiro capítulo denominado de “**A formação dos professores de EJA: os constantes desafios**”, ressalta os impasses e conflitos que envolvem a prática docente, haja vista a necessidade de possuímos na EJA um currículo diferenciado, ou melhor, as metodologias empregadas pelo professor deve abranger os anseios e peculiaridades dos discentes, logo o professor deve levar em consideração os conhecimentos prévios dos alunos, seu modo de interpretar e agir diante dos acontecimentos que permeiam na sociedade.

No quarto capítulo nomeado “**História e memória da EJA em Parnaíba**”, refletimos sobre o ensino de História voltado para o público jovem e adulto, tendo como objeto de estudo a Escola Municipal Frei Anastácio, onde acompanhamos o desenvolvimento de aulas, analisamos a Proposta Pedagógica, o Regimento Interno da instituição, e principalmente vivenciamos a prática do professor, oportunidade em que compartilhamos diálogos, experiências e anseios envolvidos na relação professor – aluno.

1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EJA NO BRASIL

O importante do ponto de vista de uma educação libertadora, e não “bancária”, é que, em qualquer dos casos, os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros.

(FREIRE, 1978, p.120)

Na sociedade brasileira, existe uma parcela expressiva da população que, por razões econômicas, sociais e políticas, não teve garantido pelo Estado o direito à educação básica, deixando, portanto, de concluir a escolaridade mínima necessária a que teria direito. Essa parcela, formada por jovens e adultos, geralmente associa a falta de escolaridade às dificuldades que enfrenta no mercado de trabalho. Posteriormente, retorna a escola com o intuito de alcançar um nível melhor diante da sociedade; sendo assim é por meio desse contexto que devemos traçar o perfil do aluno jovem e adulto.

Ao longo dos anos, muito se tem discorrido sobre as políticas públicas que apresentem como premissa a educação básica como direito de todos; exemplos são vários movimentos de reformas educacionais, principalmente no que se refere à Educação de Jovens e Adultos. Nesse aspecto é válido mencionarmos algumas das iniciativas do governo para com os cidadãos que, por algum motivo, não concluíram a escolaridade básica.

Tendo em vista que para a classe dominante, os jovens e adultos com baixa ou nenhuma escolaridade representam perda para o mercado de trabalho, já no governo de Getúlio Vargas temos uma tímida iniciativa em relação à EJA, quando se determina que o ensino primário para os adultos seja dever do Estado e direito do cidadão. No entanto, o próprio governo não tratou de recursos financeiros que pudessem viabilizar esse fim.

Em meados dos anos 1950 e 1960, surgem os movimentos sociais voltados para a educação que visam à conscientização do cidadão de seu papel na construção da sociedade. Nesse cenário, o então presidente da República João Goulart convida o educador pernambucano Paulo Freire para coordenar o Programa Nacional de Educação. Na visão de Freire (2003), o primordial para o educando está em perceber as injustiças

sociais e desenvolver uma consciência política para que possa lutar contra a exclusão social, ciente de seu papel como cidadão na construção de uma sociedade mais justa.

A partir dos anos de 1960, as ideias de Paulo Freire difundidas na obra “Educação como prática da liberdade”, inspiraram diversos programas de alfabetização e educação popular espalhados pelo país. É preciso salientar que as práticas difundidas pelo educador nortearam e continuam norteando os trabalhos em EJA até nossos dias. Porém é somente na Constituição de 1988 que verificamos uma referência a recursos financeiros destinados a essa modalidade de ensino, ou seja, a destinação de no mínimo 30% dos recursos da União para a erradicação do analfabetismo em nosso país.

Com a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-EN), nº 9.394/96, a Educação de Jovens e Adultos passa a ser uma modalidade da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, usufruindo de uma especificidade própria que, como tal, deveria receber um tratamento consequente (Parecer CEB 11/2000, p.26). Com isso, tem-se o Parecer da Câmara da Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação – CNE/CEB 11/2000, consolidando o primeiro estatuto da EJA na história do Brasil. Esse documento, embora marcado por algumas limitações ideológicas e políticas, representa a possibilidade de sanar uma dívida social para com aqueles que, por algum motivo, não tiveram a oportunidade de obter escolaridade de acordo com a faixa etária prevista nos aspectos legais.

Nessa ordem de raciocínio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado desse acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea (Parecer CNE/CEB 11/2000, p.5).

Gadotti (2007) menciona que os alunos da EJA são na maioria trabalhadores que lutam na superação da precariedade de vida como o desemprego, a moradia, más condições de saúde, o transporte, etc; que estão na raiz do problema do analfabetismo, logo, não podem ser equiparados à criança cuja vida está começando, são adultos que carregam em suas trajetórias de vida, uma bagagem cultural, conhecimentos adquiridos em instâncias fora da escola.

Os alunos da EJA trazem consigo uma rica história de vida, marcada por experiências distintas, conhecimentos acumulados e reflexões sobre sua condição social, ou seja, já chegam à escola com uma bagagem considerável de saberes. Diante disso, observamos que os alunos da EJA formam um grupo heterogêneo do ponto de vista sociocultural. Assim sendo, essa modalidade de ensino precisa de um modelo pedagógico próprio, em que as situações pedagógicas satisfaçam as necessidades dos alunos, sem perder de vista a dimensão política e cultural desses educandos.

Depois de verificadas as especificidades, os anseios e objetivos da EJA, é primordial que o docente tenha plena convicção de seu papel na formação de cidadãos críticos. Para tanto é preciso uma formação adequada para se trabalhar no campo da EJA. O professor deve priorizar o contexto geral dos alunos, sem esquecer que a educação se faz pela interação dos conhecimentos do professor e do aluno e, com base nessa realidade, construir um projeto político pedagógico adequado que possa atender às necessidades dos alunos.

Um marco respeitável para a Educação de Jovens e Adultos foi a V Conferência Internacional sobre EJA (V Confinteia), realizada em julho de 1997, em Hamburgo, na Alemanha, que, entre outros objetivos, manifestou a importância da educação ao longo da vida. Nela existe um trecho que fala: “A Educação de Jovens e Adultos é, ao mesmo tempo, consequência da cidadania ativa e condição de plena e inteira participação na vida da sociedade.” Isto é, a Declaração de Hamburgo reafirma o caráter permanente da educação. O grande desafio, hoje, é fazer com que a sociedade oportunize a todos o direito de viver de forma decente, como cidadãos e cidadãs do Brasil e do mundo.

A educação apresenta, a princípio, o desígnio de promover mudanças desejáveis e relativamente constantes nos indivíduos, para que estas venham favorecer o desenvolvimento integral do homem e da sociedade. A educação precisa atingir a vida das pessoas e da coletividade em todos os setores, visando à expansão dos horizontes pessoais, além da observação das dimensões econômicas e o fortalecimento de uma visão mais participativa, crítica e reflexiva dos grupos nas decisões dos temas que lhe dizem respeito.

Sendo assim, a Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida de modo a promover a formação cidadã, a pluralidade cultural, a inovação tecnológica, a contextualização curricular e a formação integral de sujeitos capazes de decidir sobre suas vidas, ascender social e individualmente, adaptar-se a novos contextos, participar da

tomada de decisões de políticas públicas, crescer em liberdade de autoconsciência com os outros, com vistas a uma sociedade mais justa e igualitária.

A educação é um processo universal, e conseqüentemente varia de sociedade para sociedade, de um grupo social a outro, segundo as percepções que cada sociedade e cada grupo social tenham de mundo, de homem, de vida social e do próprio acesso educativo. Sendo assim, o estudo da História da Educação nos admite avaliar como foi apreendida e praticada a educação, em épocas e sociedades distintas; e também nos possibilita entender a educação como um processo histórico e dinâmico.

Os desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro são intensos, sobretudo no que se refere ao acesso à educação básica associado à qualidade na formação que as novas tecnologias e os sistemas organizacionais determinam: trabalhadores mais versáteis capazes de compreender as técnicas de trabalho como um todo, dotados de autonomia e iniciativa para resolver problemas em conjunto, capazes de se comunicar continuamente, de buscar relacionar informações diversas. Logo, uma alternativa decisiva para superar esses desafios é a formação permanente de jovens e adultos, associada à formação continuada de professores para atuar nessa modalidade de ensino.

A Educação de Jovens e Adultos no cenário brasileiro sempre apresentou marcas dos movimentos ou iniciativas individuais de grupos, distintos órgãos públicos e privados ou por meio de pesquisadores decididos a afrontar o problema da predominância de uma grande parcela da população que não possuiu a oportunidade de frequentar a escola em período regular.

O grande problema do sistema educacional brasileiro está voltado para a exclusão de camadas populares da sociedade que vem apreendendo a inúmeros cidadãos a possibilidade de acesso a língua e a um mundo de saberes produzidos nos distintos campos do conhecimento.

Osowski (2002, p.25) enfatiza que:

Vivemos tempos de exclusão e guerra. Tempos em que a violência e a segregação se apoderam da vida de milhões de pessoas. Vivemos num mundo, onde o próprio mundo parece ser um privilégio daqueles que podem pagar (e caro) pelo espaço que ocupam nele. Vivemos tempos de desencanto e desilusão. Tempos sem espaço para a esperança. Tempos em que falar do possível acabou se tornando a escusa para esquecer o impossível. Tempos “possíveis”, ou seja, tempos sem possibilidades para

que o impossível alimente sonhos, inspire lutas, construa projetos, edifique utopias.

Muito além da necessidade de alfabetização, a conclusão do ensino fundamental é um dos patamares essenciais e mínimos para a qualificação pessoal e profissional dos indivíduos, ou seja, é um atributo para conquistar o acesso aos distintos espaços culturais, além de ser um instrumento que conduz a prática da reflexão e leva o sujeito a adquirir uma visão mais clara sobre os acontecimentos e fatos que permeiam na sociedade.

Na sala de aula, alguns aspectos devem ser apreciados como às observações, às experiências e os relatos de vida dos próprios alunos, para que deste modo seja exercitado o que Freire denomina de prática dialógica. Freire (1978, p.66) defende que essa prática de educação deve romper com as contradições onde somente o professor tem algo a ensinar e o aluno é passivo, ou seja, deve haver um diálogo onde ambos se educam e ambos têm algo a aprender independente do lugar que se encontram.

Para tanto, a alfabetização não se restringe a ensinar a ler, ela oferece oportunidades que levam os discentes a se desenvolver como ser humano e possuir a capacidade de integrar-se no mundo.

A educação não é simplesmente um procedimento de influência do passado sobre o presente. Deve ser um processo que permita ao educando se auto-educar, despertar a consciência e responsabilidade perante valores essenciais à vida. Um dos fins da educação é possibilitar que os alunos desenvolvam o próprio processo, que eles mesmos se realizem por meio da ação e do esforço pessoal para buscar e modificar os valores culturais do passado, adaptando-os à realidade.

De acordo com Silva (2006, p.124):

A educação, entendida como um modo de humanização adotado por um grupo em relação a seus membros, novos ou não, tem seu conteúdo alimentado pela experiência cultural desse grupo: são os valores, as atitudes, as habilidades, os conhecimentos etc; que se mostram eficazes para a manutenção da vida do grupo que são passados.

No Brasil e em outras regiões da América Latina, a Educação de Jovens e Adultos constituiu-se em um processo de amadurecimento que veio modificando a compreensão que nós possuíamos há poucos anos atrás. O conceito de Educação de Jovens e Adultos vai se movendo na direção de Educação Popular na proporção em que a realidade começa a fazer algumas reivindicações, à sensibilidade e a competência científica dos educadores. Uma dessas exigências está relacionada à compreensão crítica dos educadores a respeito do que vem acontecendo no cotidiano do meio popular.

É importante apreciar o que cada ser humano é capaz de fazer, isto é, empregar o conhecimento e as vivências que os alunos trazem de casa ao longo de suas experiências de vida. Para tanto, os professores de História devem oferecer condições para que seus alunos ampliem e atualizem seus conhecimentos, afinal, cada pessoa é compositora de sua história, e cada ser humano é capaz de narrar e construir sua própria visão acerca dos acontecimentos históricos.

O processo de ensino e aprendizagem abrange uma vasta troca de experiências e ideias. Logo, a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que evidencia não só na teoria, mas também na prática que é possível transformar as direções sociais do nosso país por meio da educação, alfabetização, proporcionando aos jovens e adultos a alfabetização consciente, sendo esta, a concepção para transformação do cidadão em seu exercício social.

Nessa perspectiva, Aranha (2006, p.31) enfatiza que:

A educação não é simplesmente transmissão da herança dos antepassados para as novas gerações, mas o processo pelo qual também se torna possível a gestação do novo e a ruptura com o velho. [...] O ato pedagógico pode, então ser definido como uma atividade sistemática de interação entre seres sociais, tanto no nível do intrapessoal como no nível da infância do meio, interação essa que se configura numa ação exercida sobre sujeitos ou grupos de sujeitos visando promover neles mudanças tão eficazes que os tornem elementos ativos desta própria ação exercida.

Nesse aspecto, a educação ultrapassa a simples aquisição de conhecimentos, pois atua na subjetividade e no sentimento humano, ela é a mediação que prepara pessoas para viver nas sociedades, acatando e modificando a dinâmica social. A educação é o ato datado porquanto se faz em harmonia a conjunturas sociais e históricas; o que pode servir à educação de hoje, pode, no futuro, ser de pouco valor. Fatores como esse, desafiam o trabalho dos

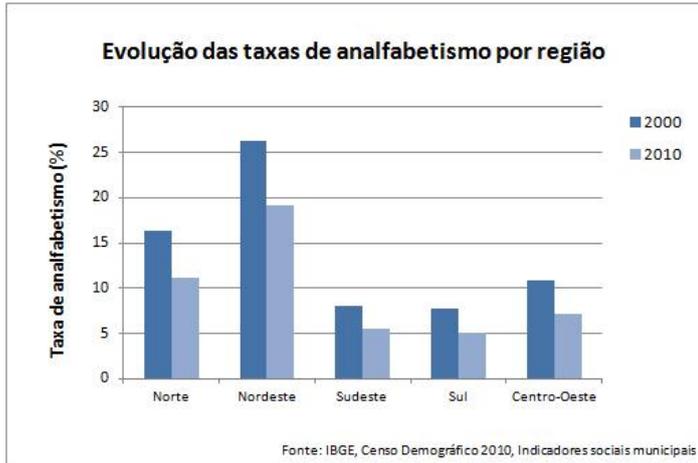
profissionais da educação e influi no estabelecimento conceitual da própria educação, interferindo nos princípios que versam sobre sua qualidade.

A Educação de Jovens e Adultos já foi denominada de Madureza, Suplência, Supletivo, Alfabetização, entre outros. Era uma modalidade de ensino assumida por voluntários ou mesmo por professores que adotavam os mesmos procedimentos ministrados para crianças e adolescentes. Ao ser designado o Parecer nº 11/2000 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, o qual regulamentou a Educação de Jovens e Adultos, foi constituído o perfil diferenciado desses discentes. Sendo assim, eles devem ser tratados como tão e não como uma extensão de crianças e adolescentes.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) parte do princípio de que a construção de uma educação básica para jovens e adultos deve ser direcionada para a constituição da cidadania. Essa constituição de uma educação básica não está voltada apenas para a viabilização de vagas, mas, essencialmente ofertando-se um ensino de qualidade, oferecido por docentes aptos a congregar em suas atividades pedagógicas as inovações nas diferentes áreas do conhecimento e de congregar as mudanças sociais e as suas consequências no âmbito escolar.

Atualmente, a EJA é uma modalidade de ensino e componente indispensável da Educação Básica, deixando de ser um subsistema de ensino e disponibilizando de funções reparadora e qualificadora seguindo os princípios de proporção, diferença e equidade.

De acordo com dados do IBGE (2010), o Brasil possui 14 milhões de analfabetos. Sendo que a maior parcela se encontra na região Nordeste, em municípios com até 50 mil habitantes, na população com mais de 15 anos, entre negros e pardos e na zona rural, ou seja, encontra-se na população historicamente marginalizada. O censo relativo ao ano de 2010 revela uma redução de 29% em relação aos números apresentados em 2000, mas ainda insatisfatório, principalmente quando analisados os critérios do IBGE. Contudo, hoje é considerado como alfabetizado a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples.



(Desigualdades regionais. Analfabetismo no Nordeste chega a 28% na população de 15 anos ou mais de municípios com até 50 mil habitantes, onde a proporção de idosos não alfabetizados é de aproximadamente 60%).

Tendo em vista conversas informais realizadas com as professoras da escola pesquisada, podemos detectar que uma das causas da evasão escolar dos alunos está relacionada à necessidade de trabalhar, ou seja, oriundos de famílias carentes e com muitas privações, os jovens buscam atividades remuneradas para sanar as dificuldades diárias e ajudar a família a adquirir condições melhores de sobrevivência.

Entretanto, não podemos afirmar que as causas da evasão escolar seja somente em decorrência da necessidade dos jovens e adultos ingressar em locais de trabalho visando à sobrevivência, pois sabemos que nosso sistema educacional encontra-se bastante devassado, ou melhor, se acompanharmos as metas e os objetivos propostos à educação, teremos como resultado a carência de recursos e materiais pedagógicos, estruturas precárias de algumas de nossas escolas públicas.

2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS ATUAIS SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Prefiro ser criticado como idealista e sonhador inveterado por continuar, sem relutar, a apostar no ser humano, a me bater por uma legislação que o defenda contra as arrancadas agressivas e injustas de quem transgride a própria ética. A liberdade do comércio não pode estar acima da liberdade do ser humano.

(FREIRE, 2003, p.129)

Atualmente, novos e complexos desafios colocam-se nesse campo, isto é, desde a democratização do acesso e a criação de condições adequadas para a permanência no ensino fundamental até o desenvolvimento de práticas educativas e culturais que contemplem as exigências da sociedade atual, em termos de inserção no mundo do trabalho. Tais desafios estão demandando dos educadores, pesquisadores e formuladores de políticas uma nova abordagem para o planejamento e o desenvolvimento de ações educativas para essa parcela do processo formativo.

Observa-se nos últimos anos, que a educação de adultos é matéria prioritária nas regiões mais desenvolvidas do mundo. Os debates acentuam a necessidade de multiplicar as oportunidades de alfabetização, educação básica e requalificação permanente de jovens e adultos, como medida importante para readequar a força de trabalho às mudanças estruturais pelas quais a economia está passando.

A universalização do acesso à educação básica aos jovens e adultos deve constituir-se em um dos principais desafios a serem enfrentados nesse século, ainda que a expressão educacional e a rigidez do mercado de trabalho continuem produzindo o conhecido fenômeno de banalização das competências, no sentido de dissociação entre anos de estudo e postos de trabalho. Tal situação desafia-nos a lutar pelo acesso à educação, em níveis cada vez mais altos, associado às oportunidades permanentes de aperfeiçoamento e atualização.

A Educação de Jovens e Adultos está contemplada na legislação brasileira com fundamentos constitucionais, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN,

no Plano Nacional de Educação, no Conselho Nacional de Educação e na Câmara de Educação Básica.

Na Constituição da República Federativa do Brasil/ 1988, capítulo II, Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, Seção I, Art. 205. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

E segue o Art. 208, afirmando que o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I- Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive, sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito subjetivo.

No Art. 214, a lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à erradicação do analfabetismo.

Nos incisos citados, nos mostra que, é direito do aluno jovem e adulto obter espaço no ensino fundamental em turno adequado às suas condições no ensino regular e que os mesmos sejam atendidos por programas que os beneficie: material didático, transporte, alimentação e à saúde. Significa dizer que a Carta Magna, pela primeira vez na história da educação brasileira, consagra a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental para todos os brasileiros, transformando-o em “direito público subjetivo” (§ 1º do mesmo artigo), independentemente de idade do candidato. Ou seja, a educação de jovens e adultos, marginalizados ou excluídos da escola na idade própria, integra-se no sistema educacional regular de ensino, observando-se, evidentemente, as especificidades didático-pedagógicas para a clientela alvo.

2.1 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)

Um capítulo, não foi reservado na LDB 9394/96 para a educação de jovens e adultos, mas foram estabelecidas diretrizes, no título II, Do direito à Educação e o Dever de Educar em seu Art. 4º, inciso VII, fica claro que o dever do estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas à suas necessidades e disponibilidade, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

No Título V, dos Níveis e Modalidades de Educação e Ensino. Capítulo II, da Educação Básica, na Seção V, da Educação de Jovens e Adultos, possuindo um breve espaço com dois artigos:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º. Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho mediante cursos e exames.

§ 2º. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art.38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderam a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º. Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – No nível de conclusão do ensino fundamental para os maiores de quinze anos;

II - No nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º. Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios formais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

2.2 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

A instalação da República no Brasil e o surgimento das primeiras ideias de construir um plano, que trate da educação para todo o território nacional, aconteceram simultaneamente. À medida que o quadro social, político e econômico do início deste século se desenhavam, o sistema educacional precisava reaver suas políticas públicas, no que diz respeito, a instrução, nos seus diversos níveis e modalidades. A união teve a incumbência de elaborar, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o Plano Nacional de Educação-PNE, de duração plurianual a ser fixado por lei [CF, art. 214; LDB, art. 9º, I]. O PNE, com duração de dez anos, foi aprovado pela lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, e, a partir de sua vigência, “os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão, com base no PNE, elaborar planos decenais correspondentes”. Para que venha abaixar os déficits do atendimento no ensino fundamental que resultaram, ao logo dos anos, num grande número de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não lograram terminar o ensino fundamental obrigatório.

O Plano Nacional de Educação no item III, modalidade de ensino, trata da Educação de Jovens e Adultos em três categorias: diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas.

O PNE diagnostica a incidência de analfabetos além daqueles que existem, ocorrendo a reposição de números de analfabetos em razão da dinâmica demográfica. Em 1991, a taxa era de 20,1 % da população, já em 95 passou para 15,96%. Mas em 1997 foi de 21,4% na idade de 15 a 30 anos PNE (2000, p. 79).

Diante disso, dispõem de diretrizes como as transformações que ocorreram em escala mundial, o acelerado avanço científico e tecnológico, o fenômeno da globalização que incidem em valores culturais na organização de rotinas individuais, nas relações sociais, políticas e no trabalho. Em virtude disso, é imprescindível enfrentar o problema do analfabetismo porque a conjuntura mundial exige dos indivíduos competências para que, além do exercício da cidadania possam melhorar sua qualidade, ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e usufruir, para tanto, apenas saber ler e escrever é insuficiente PNE (2000, p. 81).

Os objetivos e metas estão dispostos em 28 itens inter-relacionados às categorias de oferta de formação continuada, integrada com programas sociais visando erradicar o analfabetismo, articulando políticas de educação de jovens e adultos, proteção contra o desemprego e geração de emprego. Isso de forma a congregar instituições como: União, Estados, Municípios, Organizações não governamentais, IES, igrejas, sindicatos, empresas, meios de comunicação de massa, entidades estudantis e organizações da sociedade civil em geral.

2.3 RESOLUÇÃO CNE/CEB N° 1 DE 05 DE JULHO DE 2000

A resolução CNE/CEB N° 1/2000, por sua vez institui as diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, essas diretrizes são obrigatórias tanto na oferta quanto na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio de curso desenvolvido em situações próprias, integrantes da organização nacional, à luz do caráter peculiar dessa modalidade de educação.

Consta no artigo 5º, parágrafo único como modalidade destas etapas de educação básica, a identidade própria da educação de jovens e adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio de modo a assegurar:

I – Quanto à equidade a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e estabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II – Quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da autoridade própria e inseparável dos jovens e adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito e de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III – Quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequada aos componentes curriculares face às necessidades próprias da educação de jovens e adultos, com espaços de tempo nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes

identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos, resolução CNE/CEB N° 1/2000 define a EJA como modalidade da educação básica e com o direito do cidadão, afastando-se da ideia de compensação e suprimento e assumindo reparação, equidade e qualificação o que representa uma conquista, um avanço.

2.4 LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA

Além do PNE (Plano Nacional de Educação) os representantes legítimos do povo do Município de Parnaíba, reuniram-se para elaborar as diretrizes político-socioeconômicas do município, promulgaram a lei orgânica (n° 001/91) fundamentada nos princípios da democracia, igualdade e legalidade, presente o capítulo II. Da Educação, Da Cultura e Desporto, Seção I (da Educação):

Art. 195 – A educação é um direito de todos e dever do Poder Público cabendo ao município assegurar vagas suficientes para atender toda a demanda do ensino pré-escolar e de 1º grau, e em complementação ao Estado e União, o segundo e terceiro graus, diurno e noturno, na zona urbana e rural.

Art. 196 – O ensino no Município, integrado ao sistema nacional de educação, tem como base o conhecimento e progresso científico universal, que assegurará uma educação pluralista e oferecerá aos educandos condições de acesso às diferentes concepções filosóficas, sociais e econômicas do mundo, seja idealista ou materialista.

Art. 200 – A Secretaria Municipal de Educação garantirá a reciclagem e aperfeiçoamento dos profissionais de educação a cada período de férias, através de cursos, seminários, treinamentos e outros eventos similares.

Art. 203 – Cabe ao município, em conjunto com o poder público Estadual e Federal assegurar o ensino público gratuito em todos os níveis, laico e de igualdade, acessível a todos, sem nenhum tipo de discriminação, por motivos econômicos, ideológicos, culturais, sociais, políticos e religiosos.

Se nos artigos citados acima nos fala que a educação é um direito de todos, cabe aos governantes municipais assegurar o direito à modalidade de Educação de Jovens e Adultos dentro dos parâmetros, que atenda as necessidades deste público.

2.5 PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aspirando ao crescimento no município, a Secretaria Municipal de Educação de Parnaíba (a 357 km da capital - Teresina), realizou nos dias sete e oito de agosto de 2008, a Conferência Municipal de Educação no auditório da Universidade Federal do Piauí – UFPI em Parnaíba. Conferência esta, que é componente do projeto de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME que foi promovido desde o dia 17 de janeiro do mesmo ano, quando foi formado um grupo de coordenação responsável pela elaboração do plano, tomando por base as discussões e o relatório elaborado no Fórum Municipal efetivado em abril do mesmo ano (2008). Durante a conferência foram debatidos vários temas pertinentes à elaboração do PME, bem como a apresentação do plano a sociedade.

Este documento apresenta informações sobre a política educacional do município, abrangendo os níveis e modalidades de ensino a formação e valorização dos trabalhadores em educação, a gestão e financiamento da educação. O PME traça metas e perspectivas para a educação do município no período de dez anos. Sua elaboração ocorreu de modo que se harmonizasse com a Constituição Federal – CF, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN, o Plano Nacional de Educação – PNE e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.

O atual documento tornou-se uma Lei Municipal (nº 2.461, 30 de dezembro de 2008), encontrando-se na Secretaria de Educação do Município, para que seus projetos sejam efetuados durante dez anos. E nele possui a Modalidade de Ensino, sendo uma Carta decenal da Educação de Jovens e Adultos, contendo temas, diretrizes, objetivos, estratégias e metas a serem alcançadas. Algumas metas do PME:

a) Elaborar/ atualizar as propostas pedagógicas das escolas, respeitando as especificidades de clientela e a diversidade regional, em conformidade com as diretrizes nacionais, num prazo de 02 (dois) anos;

- b) Redução em 50% do índice de analfabetismo no prazo de cinco anos;
- c) Implantar a modalidade EJA articulada e integrada aos cursos profissionalizantes em 20% das escolas em até dois anos e em 100% das escolas até o final da década;
- d) Garantir inclusão digital para 100% dos alunos de EJA, em todas as etapas, num prazo de 5 (cinco) anos;
- e) Redução dos índices de faltas e evasão em prazo imediato;
- f) Garantir recursos de apoio pedagógico e tecnológico para os professores, em prazo imediato;
- g) Garantir um processo contínuo de avaliação e monitoramento da política educacional da EJA, a partir da vigência do plano.

Por meio destas metas e mais algumas instituídas no PME são almeçadas a sustentabilidade e a formação de uma política educacional comprometida com a cidadania, com a redução do analfabetismo, com a melhoria da qualidade do ensino público, com a erradicação da pobreza e com inclusão social no município. Este plano se faz necessário para consolidar os novos rumos que serão estabelecidos no município, pois agora temos o fundo que manterá recursos para o desenvolvimento desta modalidade de ensino.

Vale destacar que o Plano Municipal de Educação foi elaborado em 2008, contudo estamos em meados de 2013, e conseqüentemente muitos desses princípios ainda não difundidos na escola, contudo é salutar mencionarmos que a escola pesquisada apresenta em seus documentos internos como o Projeto-Político-Pedagógico, assim como em seu Regimento Interno cláusulas voltadas para difundir o progresso da EJA, levando em consideração as vertentes abordadas pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96), bem como as sugestões dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

3 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EJA: Os constantes desafios

A escolarização constitui instrumento indispensável à construção da sociedade democrática, porque tem como função a socialização daquela parcela de saber sistematizado que constitui o indispensável à formação e ao exercício da cidadania.

(LIBÂNEO, 1994, p.35)

A educação de jovens e adultos ainda é considerada um enorme desafio para os docentes, haja vista a necessidade de empregar metodologias e estratégias de ensino adequadas a um público bastante diversificado, que apresenta faixa etária distinta e realidades diferentes. Entretanto, a aparente incompatibilidade de geração não impede o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem na sala de aula.

O professor da educação de Jovens e Adultos confronta-se no seu cotidiano com um potencial humano diversificado e, frente a sua opção de ensinar, tem como desafio criar constantemente situações pedagógicas para efetivar uma educação, dentro do que se propõe para essa modalidade de ensino, que satisfaça os anseios dos jovens e adultos no resgate de sua formação.

Partindo da realidade de uma especificidade diferenciada da EJA, se faz necessário um profissional docente, que contemple competências e saberes necessário à prática com a alfabetização ou aprendizagens fundamentais de adultos e jovens trabalhadores.

De acordo com Rays (1990), o professor é um guia, um orientador no processo educativo, trabalha junto ao aluno, a sua realidade social concreta, abre perspectivas a partir dos conteúdos. O docente não deve apenas satisfazer necessidades e carências, deverá despertar outras necessidades, acelerar e disciplinar os métodos de estudo, exigir o esforço do aluno, propor conteúdos e modelos compatíveis com as experiências vividas a fim de que o discente se mobilize para uma participação ativa. É preciso enfatizar a responsabilidade pessoal pelo próprio aprendizado e a necessidade e capacitação para a aprendizagem continuada ao longo da vida. Ser disciplinado por vontade própria e não por pressão.

O trabalho docente requer do professor uma visão crítica e interesse pelos fenômenos sociais e naturais e pelo processo de produção de conhecimento. Isso não estabelece que ele deva tornar-se um técnico em todos os assuntos, mas sim que enfrente o desafio de estar constantemente em busca de informações novas que aprimorem seus conhecimentos, analisando-os criticamente e levando-os para a sala de aula.

A ligação entre a história vivida pelo aluno e os conteúdos expostos pelo professor demanda planejamento e capacidade de fazer um diagnóstico da realidade de onde parte e as interações com os conteúdos. É um trabalho dinâmico e desafiador em que professores e alunos são agentes de aprendizagem e os recursos didáticos devem ser manipulados por ambos. Nessa perspectiva, Brasil (1998, p.78) defende:

Nesse sentido, é importante que o professor crie situações rotineiras, nas suas aulas, de atitudes questionadoras diante dos acontecimentos e das ações dos sujeitos históricos, possibilitando que sejam interpretados e compreendidos a partir das relações (de contradições ou de identidade) que estabelecem com os outros sujeitos e outros acontecimentos do seu próprio tempo e de outros tempos e outros lugares, isto é, relações que estabelecem por suas semelhanças, suas diferenças, suas proximidades, suas dependências, suas continuidades. As explicações dos alunos para os questionamentos devem considerar, assim, uma multiplicidade de entendimentos, de abrangências, de confrontamentos e de relações, revelando tramas conflituosas para a história estudada.

A atuação pedagógica do professor traz consigo um leque de significados e simbolismos produzido na sua trajetória de vida. Esses aspectos irão atuar de forma significativa na vida e na formação dos discentes, por meio da relação deste com o professor e seu trabalho.

Nesse contexto, Schmidt e Cainelli (2004, p.30) enfatizam acerca da prática pedagógica do professor de História:

[...] ajuda o aluno a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançando os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar ao aluno como captar e valorizar a diversidade das fontes e dos pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica. Ao professor cabe ensinar ao aluno como levantar problemas, procurando transformar, em cada aula de história, temas e problemáticas em narrativas históricas.

A sala de aula como ambiente social, representa um campo plural e constante de construção de saberes a partir de interações e representações que compõem as estruturas de produção de saberes. As interações congregam significados gerados pelas representações e, estas, por sua vez, são reelaboradas pelas novas interações, criando novos significados, mediatizados pelo discurso de sujeitos situados em um determinado horizonte social, no caso, o espaço geográfico, da sala de aula, da escola e da sociedade.

O objetivo do saber histórico escolar é composto de tradições, símbolos significativos que dão sentido as diferentes experiências históricas:

O professor de história, num determinado contexto escolar, com sua maneira própria de agir, ser, viver e ensinar transforma um conjunto de conhecimentos históricos em saberes efetivamente ensináveis e faz com que os alunos não só compreendam, mas assimilem e incorporem esses ensinamentos de variadas formas. (FONSECA, 2008, p.35).

Durante o desenvolvimento desse processo, a didática possui papel importante no sentido de possibilitar a transformação de um saber histórico em um saber compreensível e atuante para a compreensão do aluno, tornando-o capacitado a não só conhecer o saber histórico, mas também de torná-lo um participante ativo do pensar e do expor os fatos históricos.

Um educador, que se preocupe com que sua prática educacional esteja voltada para a transformação, não poderá agir inconsciente e irrefletidamente. Cada passo de sua ação deverá estar marcado por uma decisão clara e explícita do que está fazendo e para onde possivelmente está encaminhando os resultados de sua ação. A avaliação, neste contexto, terá de ser uma atividade racionalmente definida, dentro de um encaminhamento político e decisório a favor da competência de todos para a participação democrática da vida social.

A formação dos professores que atuam na educação de jovens e adultos é alicerçada em dois papéis fundamentais ao professor: o de mediador e de pesquisador. O papel de mediador envolve o saber escutar relacionado ao ato de ensinar, pois à proporção que o professor aprende a escutar o aluno, aprende também a falar com ele, isto é, cria um diálogo contínuo, no qual a educação constitui-se com o aluno. O ato de ensinar está relacionado ao papel de pesquisador, por meio da mediação, visto que a integração de ensino e pesquisa é essencial na formação do educador, pois ao ensinar, o professor não

apenas auxilia o aluno, como também reelabora seus conhecimentos, pois como sustenta Freire (2003, p.32):

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo.

A prática docente implica movimento de ação-reflexão-ação, por meio das questões que surgem da prática em sala de aula e que são reelaboradas por um processo reflexivo. Sendo assim, é nessa relação entre teoria e prática, no diálogo entre a prática de cada docente e a teoria educacional que é elaborado o saber pedagógico.

Os saberes dos jovens e adultos precisam corresponder às suas necessidades, e principalmente às suas potencialidades como trabalhadores e cidadãos. As proposições teóricas e práticas devem ultrapassar o aprendizado das letras. Nesse aspecto, nos recordamos das aulas de História que observamos na EJA, haja vista que as docentes dessa modalidade estabeleciam por meio de seus diálogos e posturas no espaço escolar uma relação teórico-prática, ou seja, o aprender a pensar, o saber-fazer, o saber-conhecer e o saber-conviver, trabalhados como instrumentos fundantes da competência humana.

Nas salas de aula observadas, verificamos uma transmissão de conhecimentos plausíveis à realidade dos alunos, as professoras utilizavam elementos inerentes ao local em que os jovens estão inseridos, ou melhor, por meio de uma linguagem clara e coesa os ideais da História eram difundidos, afinal não basta apenas apresentar um quadro repleto de teorias e pensamentos históricos, sem levar em consideração o teor de aquisição e compreensão dos alunos acerca das assertivas explanadas.

A Educação de Jovens e Adultos apresenta peculiaridades, pois nessa fase da vida o adulto traz consigo distintas habilidades, dificuldades e maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento em seus processos de aprendizagem.

Logo, é essencial contextualizar historicamente os alunos, assim como as atividades desenvolvidas para essa clientela devem despertar uma reflexão acerca da importância de aprender a ler, o que demanda fazer uma adequação da escola, de currículos e métodos de ensino necessários para atender à especificidade de cada turma de alfabetização.

São inúmeros os conhecimentos de uma pessoa que busca tardiamente a escola, pois ao longo de sua trajetória de vida vários foram os significados atribuídos aos processos que vivenciou ao longo da formação de sua história. Sendo assim, o processo educativo de jovens e adultos deve partir de um tema gerador com a participação dos alunos; pois eles apresentam saberes do senso comum que deverão ser constituídos em conhecimentos científicos.

O desafio é construir uma escola na qual os docentes e discentes se encontrem como sujeitos, com o papel de provocar e produzir conhecimentos. Conhecimentos estes, sustentados na perspectiva daqueles que aprendem saberes diversos contribuidores efetivamente para a vida dos alunos.

Tal fato é observado durante o desenvolvimento de atividades e trabalhos coletivos, onde as docentes ofertam um amplo espaço de discussão e diálogo sobre as temáticas estudadas, sendo assim, os conteúdos são expostos de maneira harmônica, adequando-se ao tempo cultural do discente com o intuito desse jovem apropriar-se de saberes fundamentais a sua inserção ativa na sociedade, no mundo do trabalho, como cidadão e como profissional.

A proposta curricular dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para a Educação de Jovens e Adultos estabelece referenciais para a organização do trabalho pedagógico. A oferta almeja alfabetizar e escolarizar por meio de cursos que atendam às especificidades dos alunos jovens e adultos, estruturados em módulos, ciclos ou etapas, correspondentes, em média, a um ano para cada duas séries, uma vez que leva em consideração a experiência e os conhecimentos prévios dos alunos.

Os discentes demandam do professor, além dos saberes disciplinares, práticas educativas que empreguem a sua bagagem cultural e a experiência acumulada. Em virtude disso, é vital o predomínio de práticas pedagógicas que apreciem as diversas linguagens utilizadas pelos alunos, as diversas atuações que eles possuem na comunidade escolar e autonomia que apresentam para solucionar os problemas do cotidiano.

No atual contexto da Educação de Jovens e Adultos, se faz necessário repensar o currículo, sua função e implicações na vida dos sujeitos que participam dessa modalidade de ensino. Nessa perspectiva, Souza (2000, p.165) enfatiza:

A educação básica para todos significa dar às pessoas, independentemente da idade, a oportunidade de desenvolver seu potencial, coletivamente ou individualmente. Não é apenas um direito, mas também um dever e uma responsabilidade para com os outros e com toda a sociedade.

Nesse aspecto, a construção de uma educação de qualidade para os alunos da EJA no Brasil significa minimizar ou superar os desafios que ao longo da história marginaliza e exclui homens e mulheres, negando-lhes direito e acesso aos bens materiais e culturais, no sentido vasto de cultura.

O trabalho docente é permeado por teoria e ações práticas, produz consequência sobre o humano, demanda reflexão teórico-prática permanente, aprofundamento e formação continuada. Sua complexidade envolve a interação com os alunos e colegas, planejamento e gestão do ensino, avaliação, transformações curriculares etc.

Uma das capacidades dos professores na escola será despertar em seus alunos a paixão pelo conhecimento, mas isso só ocorrerá se o professor conseguir alcançar os caminhos de sua própria autoria e a paixão pelo saber, visto que o professor que conseguir encontrar em seus valores luz que guie sua própria história conseguirá encontrar em sua autoria o seu próprio valor, pois o ser humano que constrói sua autoria se humaniza e não se maquiniza decide viver por meio de seu próprio olhar, do seu próprio viver e do seu criar, arquiteta sua vida com arte/vida é produto do seu próprio sonho.

O educador de EJA precisa estar preparado para fazer do espaço da sala de aula um espaço de construção coletiva, em que a pesquisa, como princípio educativo e pedagógico, contribua para a construção da aprendizagem significativa dos alunos, estando atento às características do grupo de acordo com sua vivência e realidade escolar.

Nesse aspecto, Freire (2003, p.137) aponta:

Como ensinar, como formar sem estar aberto ao contorno geográfico, social, dos educandos? [...] Preciso, agora, saber ou abrir-me à realidade desses alunos com quem partilho a minha atividade pedagógica. Preciso tornar-me, se não absolutamente íntimo de sua forma de estar sendo, no mínimo menos estranho e distante dela.

Dessa maneira, um dilema que se apresenta para os professores dessa modalidade é a elaboração de referenciais curriculares básicos, contextualizados com as exigências da contemporaneidade, tendo como parâmetros as capacidades, as competências e as habilidades que se pretende que os jovens e adultos construam e desenvolvam.

4 HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EJA EM PARNAÍBA

A memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns. São configurações mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. (BOSI, 2003, p.31)

Com o intuito de estudarmos sobre a temática do ensino de História na EJA, vivenciamos práticas pedagógicas de professoras da Escola Municipal Frei Anastácio, um ambiente escolar simples, porém bastante acolhedor localizado na BR 402- Estrada Parnaíba a Chaval. O público atendido por essa instituição de ensino é oriundo de comunidades carentes, vale mencionar que nas proximidades da escola há um aterro sanitário, este até uns cinco anos atrás não possuía nenhuma infraestrutura, era um lixão a céu aberto. Contudo, atualmente, já existe uma estrutura mais elaborada, entretanto muitas pessoas conseguem adentrar em seu interior e recolhem restos de alimentos, alumínio, plásticos, papelão, entre outras coisas.

Daí, a necessidade da escola ser um lócus de proliferação de ideias, lutas e conquistas, em que os sujeitos envolvidos em seu ambiente busquem por meio de suas experiências cotidianas constituírem uma história mais justa e igualitária.

A instituição pesquisada é a Escola Municipal Frei Anastácio que foi fundada no dia 1 de março de 1978, seus primeiros passos se deram na residência de uma moradora da comunidade, a professora Maria Aparecida Freitas da Silva, na gestão do prefeito João Batista Ferreira da Silva.

Seu nome originou-se de um missionário que vivia levando o evangelho do povoado às cidades vizinhas, onde passou uma temporada na comunidade Baixa do Aragão, a qual considerou justo nomear a Escola “Frei Anastácio” em sua homenagem. Hoje, em prédio próprio atende sua clientela em três modalidades (Educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA).

Na Escola Municipal Frei Anastácio, o ensino é organizado sob a fundamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 e dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Tendo como objetivos a formação do cidadão, visando o

desenvolvimento da capacidade de aprender, a compreensão do ambiente natural e social e o fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca.

De acordo com análises realizadas sobre o Projeto Político Pedagógico da instituição, verificou-se que o objetivo primordial da escola, é promover um ensino-aprendizagem comprometido com a formação humana, de forma a promover a aquisição de conhecimentos, habilidades e competências necessárias para a formação de um cidadão atuante, autônomo e crítico, digno de viver em sociedade.

Vale destacar que a educação é um processo contínuo de formação do ser humano que visa prepará-lo para a vida, dotando-o de conhecimentos e habilidades que o tornem capaz de compreender o mundo e intervir conscientemente para modificar a realidade em que vivemos, de maneira que possa construir uma sociedade mais solidária e igualitária. Os sujeitos que integram a escola almejam a construção de uma instituição integradora, baseada em raízes sólidas de conhecimento, porém levando em consideração as atitudes e os valores morais do comportamento humano, tentando desenvolver as competências dos discentes, respeitando suas individualidades e limitações, bem como despertar uma consciência crítica imprescindível para efetiva superação do estado de alienação em que vivemos nessa competitiva sociedade em que estamos inseridos.

Nessa perspectiva, Aranha (2006, p. 19) aponta que:

Somos seres históricos, já que nossas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentamos os problemas não só da vida pessoal, como também da experiência coletiva. É assim que produzimos a nós mesmos e a cultura a que pertencemos. (...) estamos inseridos no tempo: o presente não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro desejado. Pensar o passado, porém, não é um exercício de saudosismo, curiosidade ou erudição: o passado não está morto, porque nele se fundam as raízes do presente.

Deste modo, a educação constitui um processo que possibilita ao educando se auto-educar, despertar a consciência e responsabilidade diante dos valores essenciais à vida. Sendo assim, uma das metas da educação é possibilitar que os alunos desenvolvam o próprio processo, que eles mesmos se realizem por meio da ação e do esforço pessoal para buscar e transformar os valores culturais do passado, adaptando-os à realidade.

Assim pode-se perceber que a escola pesquisada é um cenário repleto de facetas, haja vista as histórias de vida, personagens e sujeitos que contribuem para a

formação e consolidação dos princípios que regem o espaço escolar. Tendo como base as mudanças e rupturas ocorridas ao longo desses 34 anos desde sua fundação, constata-se que esta escola sofreu modificações e continuidades em sua estrutura física, regimento, quanto na mentalidade dos sujeitos que nela permeiam.

Ao analisarmos o cenário da Educação de Jovens e Adultos, percebemos que a sociedade brasileira apresenta complexos desafios e paradigmas nesse campo educacional, pois se em nossa sociedade há o predomínio de um vasto número de sujeitos que não possuíram oportunidades mínimas de ingresso no campo educacional, já podemos detectar a presença de uma desigualdade social, política, econômica, entre outras, que marcam o cerne de nossa sociedade.

Sabemos que uma das causas da desigualdade em nosso país diz respeito à educação, ou melhor, a falta de investimentos coesos e comprometidos com o ideário de conquista de uma sociedade formada por cidadãos autônomos, capazes de compreender seu papel na sociedade, ou seja, há carência de uma educação integradora que possibilite as pessoas mostrar o seu verdadeiro potencial humano.

Nesse sentido, podemos constatar que a educação é um processo contínuo, o qual está repleto de contradições, principalmente quando é enfatizado os reais objetivos e metas do processo de ensino e aprendizagem. Afinal, sabemos que para obtermos êxito e alcançarmos uma educação de qualidade devemos levantar as bandeiras do compromisso e da responsabilidade para com a formação crítica dos sujeitos.

Historicamente, a prática educativa esteve condicionada pelo contexto histórico e a escola era a representante oficial dos interesses dos grupos dominantes. A superação das dificuldades didáticas e metodológicas deve ser uma preocupação constante do professor de história, pois as mesmas são vitais no processo de ensino e aprendizagem realizada em sala de aula. Contudo, essa superação só acontecerá por meio de uma procura constante pela atualização e formação continuada do professor, aliada a uma análise crítica e diária acerca da sua prática pedagógica.

De acordo com Fonseca (2008, p.89) é preciso pensar a disciplina de História como:

[...] disciplina fundamentalmente educativa, formativa, emancipadora e libertadora. A história tem como papel central a formação da consciência

histórica dos homens, possibilitando a construção de identidades, a elucidação do vivido, a intervenção social e praxes individual e coletiva.

Na escola pesquisada, observamos a preocupação dos educadores em abordar a História como uma disciplina crítica e reflexiva, levando em consideração o teor explicativo da História acerca dos fatos que contribuíram para a nossa formação histórica, sendo assim, existe uma defesa e busca de uma análise dos acontecimentos de maneira em que o discente sinta-se partícipe do processo e dos dilemas que compõem o panorama das narrativas históricas.

Para tanto, é fundamental que o professor de História busque relacionar os conteúdos trabalhados em sala de aula com a realidade de seus alunos, levando em consideração a diversidade social e cultural existente em cada realidade escolar e adequando as abordagens feitas em sala de aula como elemento que conduza a inclusão e democracia social.

Conforme os PCN's (1988) um dos objetivos a se atingir por meio da História é o questionamento da realidade, identificando alguns de seus problemas e refletindo sobre algumas de suas possíveis soluções.

Contudo, é fundamental que tanto o material didático esteja bem selecionado como o docente preparado para o ensino da disciplina para que assim seja capaz de explorar o vasto campo de possibilidades que a disciplina oferece no espaço da sala de aula.

O professor tem que estar inserido como sujeito ativo do processo de ensino e aprendizagem, construindo conhecimentos, trocando informações e experiências com os alunos, enfim, fazendo com que o ambiente escolar seja um lócus em que vários interlocutores constroem novos significados para os fatos históricos e para sua realidade.

Cabrini (2004) enfatiza que para se compreender o ensino de História que predomina atualmente, é preciso refletir sobre a concepção de História que está por trás desse ensino e que reflete nos conteúdos até agora propostos.

Os professores de História possuem um papel essencial no desenvolvimento da capacidade crítica dos alunos, pois os estimulam a discutir sobre as distintas contradições que estão envolvidas nos diversos pilares da sociedade, seja no cenário educacional,

social, político, cultural ou econômico. Por meio da compreensão dos fatos que são desenvolvidos ao longo da história, os alunos podem expor suas visões sobre os mesmos, e principalmente, serem capazes de modificar suas realidades.

Para Nikitiuk (2001, p.16):

O conteúdo de História não é o passado, mas o tempo ou, mais exatamente, os procedimentos de análise e os conceitos capazes de levar em conta o movimento das sociedades, de compreender seus mecanismos, reconstituir seus processos e comparar suas evoluções.

Nessa perspectiva, o ensino de História consiste em um espaço complexo no qual atuam diversas propostas de saber, cabendo aos docentes de História a função principal de desenvolver um ensino que contribua para a formação do pensamento reflexivo e crítico, para a construção da cidadania e para a consolidação da democracia entre os povos.

Atualmente debater sobre o ensino de História é pensar os processos formativos que se desenvolvem nos distintos espaços, é pensar fontes e formas de educar os cidadãos, numa sociedade complexa marcada por desigualdades e diferenças.

A História desdobra-se em um fazer orgânico, ela é intensa e mutável, em que a representação do passado e do que é analisado essencial é um incessante processo de mudanças, que precisa ser submetida a uma ação pedagógica que mude também seus agentes, tornando-se o ponto de partida para se adquirir o conhecimento histórico. Portanto, o ensino de História, compreendido como conhecimento precisa buscar o aperfeiçoamento para o exercício de discussões relacionadas a problemas da vida social, confrontando problemáticas atuais e de outros momentos de forma crítica e devendo recorrer a possíveis relações com o passado, proporcionando aos sujeitos envolvidos desligamentos com verdades consideradas prontas e acabadas.

Para Cabrini (2004, p.29):

É preciso que iniciemos o aluno no fato de que o conhecimento histórico é algo construído a partir de um procedimento metodológico; em outras palavras, que a história é uma construção. Isso é fundamental para o início da destruição do mito do saber acabado e da história como verdade absoluta.

A História é uma disciplina crítica, um conhecimento em constituição que se interpenetra e amplia, nos seios da sociedade para defini-las e organizá-las, deve ser o referencial dos saberes a serem apropriados, com suas continuidades e rupturas. Logo, o professor de História precisa saber lidar com isso, para aprender assim a formar cidadãos críticos e conscientes.

A implantação de novas propostas pedagógicas para o ensino de História carece fundamentar-se na concepção de escola como instituição social, um lugar plural em que se situam relações sociais e políticas, ambiente social de transmissão e produção de saberes e valores culturais.

Percebemos que as docentes pesquisadas compreendem a História como uma disciplina em constante construção, pelo menos foi o que ao longo das observações ficou explícito, contudo não podemos afirmar quais concepções históricas realmente embasam suas condutas. Afinal, sabemos que diante de algumas situações os sujeitos ocultam alguns de seus princípios, seja por insegurança, ou por temer possíveis represálias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor é o sujeito que estabelece a intermediação entre o patrimônio cultural da humanidade e a cultura do discente, é indispensável que ele conheça da melhor forma possível, tanto um quanto o outro, ou seja, a prática pedagógica do docente de História deve ser dialógica, pautada nos conflitos e vivências de seus alunos, principalmente, se estes forem jovens e adultos que paralelamente atuam e sofrem diante dos distintos paradigmas impostos pela sociedade vigente.

O ensino de História é essencial para a elucidação dos fatos históricos e para a sua articulação com a história, realidade presente, uma vez que o presente é produto da dinâmica dos acontecimentos históricos do passado. Nesse sentido, o ensino de História possui papel relevante na superação da exclusão social, na construção da cidadania e na emancipação social e política dos sujeitos históricos. Em suma, ensinar História é atuar em função de metas e objetivos conscientemente perseguidos no interior de um contexto de atuação educacional, permeado pelos desafios cotidianos e pelo processo de burocratização do ensino.

É imprescindível focar a relevância da práxis, ou seja, da elaboração coletiva das práticas vividas no cotidiano para que aconteça o efetivo direito à diversidade, valorizando a bagagem histórico-cultural dos discentes em prol de uma aprendizagem significativa e emancipadora. Não esquecendo que os professores são peças fundamentais, pois as práticas da Educação de Jovens e Adultos só serão modificadas quando os educadores quiserem que elas mudem, quando assumirem as responsabilidades de cunho afetivo, cognitivo, social, ético e político que a docência de jovens e adultos sugere.

A EJA deve ser compreendida de modo a promover a formação cidadã, a pluralidade cultural, a contextualização curricular e a formação integral dos sujeitos capazes de decidir sobre suas vidas, ascender social e individualmente, adaptar-se a novos contextos, participar de tomadas de decisões de políticas públicas com criticidade e autonomia.

Vale mencionarmos, que as atuações que coligam um verdadeiro mestre são aquelas que conduzem seus educandos, que buscam na escola uma porta de esperança para

uma vida melhor a caminho de uma aprendizagem significativa para melhor compreensão da vida e leitura do mundo.

Tendo em vista as vivências e pesquisas realizadas na escola investigada, podemos diagnosticar a carência de recursos materiais, contudo, ao olhar no semblante de cada aluno, seja ele ainda jovem, ou um pouco mais maduro, percebemos a vontade do ser humano em ultrapassar barreiras e mergulhar em um vasto campo do conhecimento.

Sendo assim, a realização desse trabalho nos ajudou a crescer tanto como profissional quanto como pessoa, pois vemos que a arte em educar constitui um cenário repleto de facetas e nuances, e cabe a nós cidadãos, levantarmos a bandeira da igualdade, da educação pública de qualidade e a buscarmos constantes formas de aperfeiçoarmos a nossa prática docente.

Que esse trabalho possa instigar novas discussões e inquietações relacionadas ao ensino e aprendizagem de História na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e que apesar dos poucos trabalhos direcionados a essa temática, o que se percebe é um campo vasto para futuras pesquisas. Que a cada dia, novos docentes e pesquisadores da educação sintam-se instigados a lutar por um ensino mais humano, colocando sempre o homem/aluno como o principal sujeito do processo histórico, aquele que exerce influência direta na sociedade em que está inserido, um agente de transformação na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRÉ, Marli E.D.A de. **Etnografia da prática escolar**. 12. ed. Campinas: Papirus, 2005.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BARCELOS, Valdo. **Educação de jovens e adultos: currículo e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- BITTENCOURT, Circe. **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2005.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.
- _____. Ministério da educação e cultura. **Lei de Diretrizes e Bases- nº9394/96**. Brasília, MEC, 1996.
- _____.Ministério da Educação. **Programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos**. Brasília, DF, 2007.
- _____. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história**, Brasília, MEC/SEF, 1988.
- _____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**, resolução CNE/CEB nº 1/2000.
- _____. **Proposta curricular para EJA**. Brasília: Ministério da Educação, 2009.
- CABRINI, Conceição. [et al.].**O ensino de História: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os métodos da história**. Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.
- CITRON, S. **Como ensinar História hoje: a memória perdida e reencontrada**. Lisboa; Livros Horizonte, 1990.
- CUNHA, Maria Isabel da.**O bom professor e sua prática**. 19. ed. São Paulo: Papirus, 1989.
- CURY, C.R.J. **Parecer CEB 11/2000: diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos**. Brasília: Conselho nacional de Educação, 2000.
- DUBY, Georges. **História social e ideologia da sociedade**. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. Trad. Theo Santiago, Rio de Janeiro, F. Alves, 1988.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**. 7. ed. São Paulo: Papirus, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1978.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007.

GUSMÃO, Emery Marques. **Memórias de quem ensina História: cultura e identidade docente**. São Paulo: UNESP, 2004.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologiacientífica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boi Tempo Editorial, 2007.

MENDES, Francisco Iweltman Vasconcelos. **Parnaíba: educação e sociedade (da colonização a primeira República)**. Teresina: UFPI, 2001.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil: contos & de\$conto\$**. Ceilândia- DF: Idéa Editora, 1997.

NIKITIUK, Sônia Maria Leite (org.). **Repensando o ensino de História**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OSOWSKI, Cecília Irene. **Educação e mudança social: por uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 2005.

RAYS, O. A. **Leituras para repensar a prática educativa**. Porto Alegre: Sagra, 1990.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Jair Militãoda. **A autonomia da escola pública: a re-humanização da escola**. 9. ed. São Paulo: Papirus, 2006.

SOUZA, J.F. **Aeducação escolar, nosso fazer maior, des (a) fio o nosso saber: educação de jovens e adultos**. Recife: Bagaço, 2000.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 8. ed. Rio Janeiro: Vozes, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VEIGA, Ilma. Passos Alencastro (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

APÊNDICE A: ROTEIRO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS

PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO (PPP)

- > Objetivos e metas;
- > Características da instituição (condiz com a realidade);
- > Fundamentação pedagógica da escola (condiz com a realidade);
- > Justificativa;
- > Histórico;
- > Instalações e condições materiais da escola;
- > Recursos financeiros;
- > Metodologia/ ações estratégicas de aprendizagem;
- > Acompanhamento, controle e avaliação das ações da proposta pedagógica;
- > Gestão da escola (condiz com a realidade);
- > Estrutura e organização didático/ escolar (condiz com a realidade);
- > Problemas;
- > Ações/ metas.